

# Diversidade religiosa e mídia radiofônica: O uso das rádios comunitárias por instituições evangélicas no Brasil

*José Ozean GOMES*<sup>1</sup>

## 1 – INTRODUÇÃO

O uso do rádio por instituições religiosas tem sido frequente desde o seu surgimento. Ao longo dos anos, a mídia radiofônica tem se mostrado flexível a evolução tecnológica e paralelamente a religião caminha assegurando o seu espaço. Quando falamos da relação do rádio com entidades religiosas, o destaque é para os evangélicos como seguimento religioso que mais se utiliza dessa mídia. Já entre os evangélicos, salientam-se os pentecostais.

Este artigo tem como foco, o uso das rádios comunitárias por instituições evangélicas, e desenvolve-se a partir da seguinte questão: como tem se observado o uso das emissoras comunitárias por igrejas evangélicas? É importante salientar que a opção por igrejas evangélicas é uma questão apenas de recorte, com o fim de delimitação. Quando se fala do uso das rádios comunitárias por instituições religiosas, temos uma presença efetiva das mais diversas religiões do Brasil nesse tipo de mídia.

Diversos trabalhos e pesquisas sobre a presença da religião nas rádios comunitárias têm sido feito num âmbito local. A partir de alguns desses dados e das contribuições de teóricos como Leonildo Campos, Cícilia Peruzzo e outros, no primeiro momento discorreremos em forma de síntese sobre a história e o desenvolvimento da mídia radiofônica, destacando a sua relação com a religião. Apresentaremos alguns dos principais personagens que se notabilizaram pelo uso do rádio, tanto nos EUA, quanto no Brasil.

Em seguida falaremos acerca das rádios comunitárias como uma nova modalidade da mídia radiofônica recém-regulamentada. Neste mesmo assunto, observaremos os principais modelos de rádios comunitárias, de que forma ocorre o processo de requerimento para a sua regularização, e o papel social dessas emissoras. Buscaremos nas leis regimentais dessas rádios, informações sobre diretrizes para seu funcionamento legal.

Por último, destacaremos o uso dessas emissoras por instituições evangélicas. De acordo com dados obtidos, uma grande porcentagem das concessões dessas emissoras tem sido disponibilizada as entidades religiosas. Especialmente no que tange as igrejas evangélicas, observaremos como essas instituições tem se utilizado da força política e numérica para aquisição de emissoras comunitárias. Em seguida, veremos as implicações legais do uso restrito dessas rádios por entidades religiosas.

## 2 – OS EVANGÉLICOS E USO DA MÍDIA RADIOFÔNICA

A história da mídia radiofônica se desenvolve numa relação indissociável com a religião. Isso pode ser comprovado desde o fato de que a primeira transmissão radiofônica experimental nos EUA teve a presença da religião<sup>2</sup>, ao detalhe de que o pioneirismo do rádio no Brasil é

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Religião – Universidade Metodista de São Paulo – SP

<sup>2</sup> Campos, 2004. Segundo o autor, em 24 de dezembro de 1906, um engenheiro canadense, em Massachusetts, realizou uma emissão experimental transmitindo mensagens religiosas que incluía um solo de violino da conhecida

atribuído a um padre chamado Roberto Landell de Moura, considerado por muitos o “pai brasileiro do Rádio”<sup>3</sup>.

As duas primeiras décadas do século vinte presenciaram a implantação e consolidação da mídia radiofônica. Acredita-se que no final da primeira guerra mundial a radiofonia já estava em pleno funcionamento no mundo inteiro<sup>4</sup>. Nesse início, as rádios usavam frequência AM<sup>5</sup>, e teve suas primeiras transmissões nessa frequência com o engenheiro canadense Reginald Fessenden. Nos primeiros anos o rádio era utilizado para músicas e recados diversos, fato que mudaria a partir de 1920 com o surgimento das rádios comerciais.

## 2.1 – Os Evangélicos e a Mídia Radiofônica nos EUA e América Latina

Em 1920 deu-se início pelo Dr. Frank Conrad em Pittsburgh, Estados Unidos, com o prefixo KDKA, a primeira radiofusora comercial. Esse novo momento na história do rádio teve a presença dos evangélicos com a *Calvary Episcopal Church*, que logo dois meses após a inauguração da KDKA passou a transmitir suas atividades religiosas. Além da *National Presbyterian Church* de Washington que, um ano depois colocou no ar sua própria emissora, fato que se repetiria com a missionária Aimee McPherson em 1924, quando fundou também a sua própria emissora, a KSFG, e passou a transmitir desde o seu templo em Los Angeles<sup>6</sup>.

A partir da comercialização do rádio em grande escala, emissoras e programas de cunho religioso foram cada vez mais se expandindo, a ponto de, nos EUA “em 1925, das 600 emissoras em operação, 10% delas pertenciam ou estavam ligadas a movimentos religiosos”<sup>7</sup>.

Essa tendência de expansão e uso da mídia radiofônica por evangélicos rapidamente se estenderia e chegaria a América Latina. O pioneirismo da programação no rádio credita-se a “Voz dos Andes”, uma emissora pertencente a *Word Radio Missionary Fellowship*, em Quito, no Equador. Segundo Campos, essa emissora em 2004, já alcançando mais de 100 países, “tem tido uma trajetória de identificação com o evangelismo conservador, conversionista e com a história das telecomunicações no Equador”<sup>8</sup>.

Outro destaque evangélico na radiodifusão da América Latina é a *Rádio Transmundial*. Iniciada por um jovem missionário, essa emissora tem estações,

[...] em Monte Carlo, Bonaire, Chipre, Suazilândia, Srilanka, Guam. Transmite programas em português desde 1965 a partir da estação situada na Ilha Bonaire, nas Antilhas Holandesas, no mar do Caribe [...]. Opera em Ondas Médias e Curtas, com seis milhões de Watts e possui programação em 100 idiomas [...]. A sua penetração no interior do Brasil é muito grande, especialmente na Amazônia.<sup>9</sup>

## 2.2 – A Programação Evangélica na Mídia Radiofônica do Brasil

No início da década de 40, o Brasil conheceu uma voz que se tornaria emblemática nos programas evangélicos do rádio. Trata-se de Roberto Rabelo, o apresentador do programa “A Voz da Profecia” da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Em setembro de 1943, o programa já era

---

música de natal *O Holy Night*, leituras de trechos do Evangelho de Lucas sobre o nascimento de Jesus e execução de músicas de Handel (Largo).

<sup>3</sup> Site da associação de rádio (data de acesso).

<sup>4</sup> Idem, ibidem

<sup>5</sup> Processo de transmissão através do rádio usando Modulação em Amplitude

<sup>6</sup> Campos, op.cit

<sup>7</sup> Idem, ibidem

<sup>8</sup> Idem, ibidem

<sup>9</sup> Idem, ibidem

transmitido por 14 emissoras, um ano seguinte atingia um total de 45, todas situadas em cidades estratégicas do Estado de São Paulo<sup>10</sup>.

Esse programa oferecia estudos sobre temas diversos, especialmente, assuntos escatológicos e um curso rádio-postal aos ouvintes. Essa iniciativa teve boa aceitação do público e se tornou um excelente meio de divulgação e expansão da mensagem adventista.

Outro nome que merece destaque em relação ao pioneirismo de programas evangélicos no Brasil é o do pastor presbiteriano José Borges dos Santos. Desde a década de 50 até o fim da década de 70, foi ao ar o programa *Meditação Matinal*. Inicialmente transmitido pela Rádio Tupi, e posteriormente pela Rádio Bandeirante, esse programa teve apoio financeiro do Banco Bradesco viabilizado por um homem chamado Amador Aguiar, amigo particular do Rev. José Borges dos Santos. O “programa do Rev. Borges”, como era conhecido, continuou a ser transmitido às 6h55, até o envelhecimento e morte de seu apresentador<sup>11</sup>.

Embora as igrejas mencionadas anteriormente tenham se destacado pelo pioneirismo com a mídia radiofônica no Brasil, foram os pentecostais que obtiveram maior êxito com o uso do rádio. Essa relação dos pentecostais brasileiros com o rádio só passou a ser percebida a partir da década de 50. Sendo que, nas décadas anteriores havia uma clara aversão, a ponto de chamarem o rádio de “caixote do diabo”.

A década de 50 foi marcada por mudanças importantes no cenário religioso brasileiro, especialmente no pentecostalismo, com a chegada de missionários ligados ao movimento de “cura divina”. Esses missionários eram ligados a Cruzada Nacional de Evangelização e tinham certo pioneirismo no uso do rádio nos EUA. Chegando ao Brasil desenvolveram cruzadas evangelísticas em tendas de lonas, e utilizaram o rádio como instrumento de divulgação e apoio.

Foi nesse clima que um dos promissores participantes dessas cruzadas, Manuel de Mello, iniciou o seu próprio programa, *A Voz do Brasil para Cristo*, pregando a realização de milagres por meio da interação espiritual entre o locutor e ouvinte. Mello, à revelia da sua tradição de origem (Assembléia de Deus), fez do rádio a principal alavanca para a fundação da primeira igreja pentecostal, genuinamente brasileira, a Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”<sup>12</sup>.

O missionário Manuel de Melo é considerado um das figuras mais destacadas no uso da mídia radiofônica por evangélicos no Brasil. Sua atuação inicia-se na Rádio Piratininga, posteriormente na Rádio América e Rádio Tupi. A relação entre Cruzadas Evangelísticas, como ênfase em cura divina, e os programas das rádios garantiram ao Missionário Manuel de Melo prestígio e reconhecimento, até mesmo por parte da grande mídia<sup>13</sup>.

Outro nome que, a semelhança de Manuel de Melo ganhou destaque na mídia radiofônica com ênfase em cura divina, foi o Missionário Davi Martins Miranda. Fundador da Igreja Pentecostal Deus é Amor, Davi Miranda, inicialmente fez aquisição de emissoras fracassadas, em seguida adquiriu a Rádio Universo de Curitiba. Com isso, assegurou a transmissão de seus programas em grande parte do continente latino-americano. Após a construção de um luxuoso templo, que se tornou a sede-mundial, Davi Miranda instalou seus estúdios no mesmo templo, e de lá transmite seus cultos ao vivo, além de programas gravados durante a madrugada. Como destaca Campos Junior, “O número de programas veiculados pela

---

<sup>10</sup> Campo, op.cit.

<sup>11</sup> Idem, ibidem

<sup>12</sup> Campos, op.cit.

<sup>13</sup> Jornais e revistas de grande circulação fizeram reportagens destacando o sucesso da figura midiática do Missionário Manuel de Melo.

IPDA é elevado e não está restrito apenas a emissoras de ondas curtas e médias. A IPDA já chegou também nas emissoras de frequência modulada”<sup>14</sup>.

A partir da década de 70 o uso da mídia por parte dos evangélicos no Brasil sofreu grandes transformações, especialmente com o advento de um novo grupo de pentecostais formado por igrejas como: a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça, a Igreja Renascer em Cristo e a Igreja Mundial do Poder de Deus.

Essas igrejas mencionadas têm como fator comum um discurso voltado a Teologia da Prosperidade e uma presença efetiva no cenário midiático do Brasil. Além da aquisição de emissoras próprias, tanto de rádio, quanto de TV, dispõem de uma grade extensa de horários em grandes emissoras do país. Em contrapartida, tem se observado que as igrejas brasileiras do protestantismo histórico não geram tantos recursos que possibilite o uso dos meios de comunicação em massa. É importante destacar que esses

[...] novos pentecostais, apoiados por ideologia voltada à prosperidade, levaram maior vantagem, criando formas eficientes de arrecadação de dinheiro. Foi assim que, com a implantação de uma rede capilar de templos locais ligados a uma sede “nacional” ou “mundial” possibilitou o surgimento de um caixa único, e os recursos captados num templo eram rapidamente drenados para um só local. Esse foi o segredo que lhes possibilitou acumular recursos à vista, que foram usados para a aquisição de emissoras de rádio e de televisão.<sup>15</sup>

A evolução da mídia radiofônica no Brasil tem alcançado um estágio elevado por conta das descobertas científicas e tecnológicas. Paralelamente, a religião tem acompanhado esse desenvolvimento e assegurado seu espaço nesses novos formatos de mídia. Nos anos de 1980, no Brasil, estimava-se que as emissoras religiosas representavam 10% do total. Em 1997, chegavam a uma em cada sete. A este índice, é preciso acrescentar as emissoras comerciais que alugam horários para programas religiosos, principalmente evangélicos<sup>16</sup>.

### **3 – AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL**

A história da mídia radiofônica no Brasil conheceu um novo cenário a partir da década de 90 com respeito à democratização das rádios. Isso foi possível com a ascensão da comunicação comunitária, resultado da pressão popular, vindas de todas as classes sociais, desde sociólogos, estudantes e de Organizações Não Governamentais (ONGs), buscando meios mais claros e democráticos de concessão da radiodifusão.<sup>17</sup>

O surgimento das rádios comunitárias em FM sem o amparo legal surgiu nos anos de 1970 e 1980<sup>18</sup>. A legalização do funcionamento dessas rádios garantiu efetivamente o cumprimento dos anseios populares por mais acesso a mídia radiofônica. Esse tipo de rádio é definido no art. 1º, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Trata-se de um tipo especial de rádio FM com um alcance limitado a, no máximo um quilômetro, com uma potência que não pode exceder a 25 watts.

É fundamental, no entanto, definir claramente as características que tornam uma emissora livre de baixa potência em uma rádio comunitária. Não se trata apenas do aspecto

---

<sup>14</sup> Campos Junior, 1995.

<sup>15</sup> Campos, 2008.

<sup>16</sup> Ferraretto, 2001 apud Fernandes; Candaten, 2006.

<sup>17</sup> Idem, ibidem

<sup>18</sup> Peruzzo, 2010. Trabalho apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, Encontro Anual da Compós realizado na PUC-Rio de 8 a 11 de junho de 2010.

legal concernente aos requisitos estabelecidos pelos órgãos públicos, tem a ver com uma o protagonismo que a comunidade exerce sobre ela. Em forma de síntese, Peruzzo destaca que as principais características de uma rádio comunitária são: (a) não ter fins lucrativos; (b) ser produto da comunidade; (c) favorecer uma programação interativa com a participação direta da população ao microfone e até produzindo e transmitindo seus próprios programas, através de suas entidades e associações; (d) valorizar e incentivar a produção e transmissão das manifestações culturais local; (e) tem compromisso com a educação para a cidadania no conjunto da programação e não apenas em algum programa específico; (f) democratizar o poder de comunicar possibilitando o treinamento de pessoas da própria comunidade para que adquiram conhecimentos e noções técnicas de como falar no rádio, produzir programas etc.<sup>19</sup>.

### **3.1 – As Rádios Comunitárias e a Busca pela Autorização**

As diretrizes que, baseadas na lei 9.612/1998 regulamentam o funcionamento das rádios comunitárias no Brasil, têm sido passivo de contestação por diversos setores da sociedade. Embora, órgãos como a *Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária* e outras organizações participem ativamente da luta que viabilize o funcionamento das rádios, os resultados ainda se mostram aquém do esperado.

O processo que se estende desde o requerimento junto ao Ministério das Comunicações à autorização de funcionamento da rádio encontra diversos obstáculos. As entidades interessadas devem apresentar ao órgão competente um requerimento solicitando autorização para prestação de serviço a comunidade especificada. Após verificação da viabilidade técnica de atendimento da solicitação, o Ministério publicará um comunicado de habilitação. Em seguida, as entidades apresentarão uma série de documentos exigidos à Delegacia do Ministério das Comunicações. Concluída essa etapa, a entidade selecionada para autorização deverá apresentar documentos que atestem a conformidade do projeto técnico da estação transmissora. Depois de o projeto técnico ser aprovado, o requerimento será submetido ao Ministro das Comunicações para que seja emitida a portaria de autorização. A concessão deverá ainda ser encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional para apreciação, podendo a entidade receber apenas autorização provisória.

A série de etapas a ser cumpridas e a lentidão na apreciação dos requerimentos resulta numa demanda elevada de processos em tramitação para fins de autorização. Segundo dados do Ministério das Comunicações, em dezembro de 2002 havia um número de 7.366 de requerimento tramitando no aguardo de autorização pelos órgãos competentes<sup>20</sup>.

Após a autorização para funcionamento, a emissora tem um período de dez anos para execução do serviço, podendo renovar sua autorização, caso seja atendido os requisitos necessários. Se houver infrações ao regulamento da radiodifusão comunitária, as penas poderão variar de uma simples advertência até a revogação da autorização.

### **3.2 – As Rádios Comunitárias e sua Finalidade Social**

As leis que legitimam o funcionamento das rádios comunitárias visam acima de tudo reconhecer o papel social de tais emissora, no sentido de garantir canais efetivos de participação ativa dos cidadãos não apenas no microfone, mas produzindo e difundindo seus próprios programas, além de participarem em outras atividades da emissora<sup>21</sup>.

Os diversos formatos das rádios comunitárias compreendem aquelas que fogem ao seu propósito legal. Trata-se das que servem aos interesses de segmentos particulares da sociedade, ou de indivíduos que as utilizam como fonte de renda.

---

<sup>19</sup> Peruzzo, op.cit.

<sup>20</sup> <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria>. Acessado em 28/06/2011

<sup>21</sup> Peruzzo, op.cit.

Um erro comumente percebido, em virtude das distorções do uso das rádios comunitárias, é a tentativa por parte do setor da mídia comercial de difamá-las indiscriminadamente. É comum ouvir e ver campanhas legitimadas por órgãos oficiais do governo taxando tais emissoras de “clandestinas” sem fazer as devidas ressalvas.

As diretrizes que orientam a finalidade social das rádios comunitárias, conforme o art. 3º da lei 9.612/98 define que tais emissoras devem dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

O uso social das rádios comunitárias pode ser refletido na sua programação, que deve priorizar a diversidade de ideias e seguimentos da comunidade. De acordo com o Ministério das Comunicações, “deve conter informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais”<sup>22</sup>. Percebe-se que esse é um diferencial das rádios comunitárias em relação a grande mídia, que tem sua atuação fundamentalmente, baseada nos interesses políticos das instituições hegemônicas.

As rádios comunitárias devem ser emissoras que apresentem um conteúdo que aluda à pluralidade das expressões e vozes da população locais, para “não apenas [...] democratizar o diálogo, mas principalmente para reduzir visões preconcebidas e preconceituosas sobre os mais diversificados grupos humanos e propostas”<sup>23</sup>.

Além de uma programação que respeite a diversidade e oportunize as manifestações de diferentes opiniões, as rádios comunitárias podem ser requeridas por qualquer entidade que atenda os critérios exigidos<sup>24</sup>, sendo que, não deve haver restrição ou favorecimentos a qualquer que seja a comunidade.

#### **4 – O USO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS POR INSTITUIÇÕES EVANGÉLICAS<sup>25</sup>**

O caráter social das rádios comunitárias nem sempre tem sido observado por entidades que adquirem a autorização para funcionamento. Diversas distorções podem ser percebidas no uso dessas emissoras, e destaco as de cunho religioso.

Venício A. de Lima e Cristiano Aguiar Lopes pesquisando as rádios comunitárias outorgadas entre 1999 e 2004, buscando dados sobre os vínculos políticos e/ou religiosos dessas rádios, observaram que, de um total de 2205 emissoras, 120 possuem vínculos religiosos, o que representa 5,4%. Destas 120 rádios, 83 (69,2%) estavam ligadas à igreja católica, 33 (27,5%) a igrejas protestantes, 2 (1,66%) a ambas, 1 à doutrina espírita (0,8%) e 1 (0,8%) ao umbandismo.<sup>26</sup>

A possibilidade de aquisição da autorização para funcionamento das rádios comunitárias tem despertado o interesse das diversas instituições evangélicas no Brasil. Essas entidades utilizam-se dos mais variados meios para assegurar seu espaço nesse tipo de mídia. Por se tratar de emissoras que se localizam no interior de uma comunidade, as instituições percebem nelas a oportunidade de interagir com essas pessoas a partir da realidade local.

<sup>22</sup> <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/o-que-e>. Acessado em 07/07/2011

<sup>23</sup> Paiva, 2007 apud Volpato, 2010.

<sup>24</sup>A requerente deve ser uma associação comunitária sem fins lucrativos, legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade em que pretendem prestar o serviço, cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade.

<sup>25</sup> Por “Evangélicas” me refiro às instituições de origem protestantes e pentecostais.

<sup>26</sup> Lima; Lopes, 2007 apud Volpato, 2010.

#### 4.1 – O Uso das Rádios Comunitárias por Evangélicos – Uma possibilidade Legítima

A questão que se propõe não é a negação radical do espaço a religião em tais emissoras. Pode até se afirmar que as rádios comunitárias possibilitaram o acesso a mídia radiofônica de vários seguimentos religiosos sem alto poder aquisitivo. Com essa modalidade de emissora ocorreu, de certa forma, uma democratização do espaço midiático. Através das rádios comunitárias, grupos minoritários têm a oportunidade de participar da vida comunitária e ser percebidos.<sup>27</sup>

No entanto, quando se fala do uso dessa mídia pelos religiosos como distorção, pretende-se aludir aquelas que operam a serviço exclusivo de uma entidade religiosa, regida por uma programação de caráter restrito ao grupo que a coordena. Isso não significa que não haja entidades religiosas que fazem bom uso dessas emissoras e prestam um trabalho relevante às comunidades locais. Segundo Peruzzo, embora algumas dessas rádios ligadas a entidades religiosas façam uma programação estritamente religiosa, existem outras que incluem programas de caráter educativo, informativo e cultural, o que as aproxima das comunitárias.<sup>28</sup>

A discussão que envolve a legalidade de programas religiosos nas emissoras comunitárias tem se estendido ao cenário político. Em 2006, o deputado Lincoln Portela apresentou o projeto de lei 7046/06, que permite as **rádios comunitárias** veicularem programas de cunho religioso. De acordo com Lincoln Portela, para evitar que as rádios sejam usadas como "instrumento de apologia de determinadas religiões", o projeto estabelece que as emissoras abram obrigatoriamente espaço na sua programação para representantes de diferentes crenças. "Isso garantiria a pluralidade de opiniões e o cumprimento do princípio da não discriminação doutrinária".<sup>29</sup>

Embora projetos como esse, soem com certa desconfiança por parte da opinião pública, é correto afirmar que, "se a programação religiosa estiver ligada às necessidades da comunidade, a rádio comunitária consegue promover o bem-comum e a cidadania. Isso depende, portanto, das intenções dos responsáveis pela gestão da emissora".<sup>30</sup>

#### 4.2 – Os Evangélicos e as Concessões das Rádios Comunitárias

O processo que tramita nos órgãos competentes para concessão de uma rádio comunitária pode ser demorado e burocrático. Os obstáculos encontrados têm levado entidades a anos de espera. No entanto, igrejas evangélicas têm conseguido por meio da força coletiva dos fiéis ou a representatividade política superar tais obstáculos e apresentar-se como grandes beneficiadas.

A presença expressiva das igrejas evangélicas no Brasil tem chamado à atenção do poder público e da grande mídia<sup>31</sup>. Enquanto anos atrás essas instituições representavam uma minoria inexpressiva, atualmente participam ativamente dos debates de grandes temas e decisões que definem o futuro do país.

Em virtude da força coletiva, reivindicações por espaços e privilégios são feitas cada vez mais frequente. Uma iniciativa tomada com base nisso, foi a organização da "Bancada Evangélica" que a partir da Assembleia Constituinte passou a utilizar-se da força da representatividade e negociar benefício, dentre eles, concessões de emissoras de rádios<sup>32</sup>. Essa

---

<sup>27</sup> É possível encontrar nas rádios comunitárias a presença dos diversos grupos religiosos da sociedade, desde evangélicos, católicos, espíritas, umbandistas etc.

<sup>28</sup> Peruzzo, 2010.

<sup>29</sup> <http://www.direito2.com.br/acam/2006/set/8/projeto-permite-programa-religioso-em-radio-comunitaria>. Acessado em 08/07/2011.

<sup>30</sup> Volpato, 2010.

<sup>31</sup> De acordo com o censo demográfico de 2000, 15% de brasileiros são Protestantes, o que equivale a 26 milhões.

<sup>32</sup> Freston, 1993.

foi uma prática cada vez mais comum nos anos que seguiram. Igrejas mobilizando-se para elevar o seu representante ao poder, intencionando obter favores como uma forma de reciprocidade.

O período que marca a espera de uma entidade religiosa pela autorização junto ao Ministério das Comunicações para funcionamento da sua emissora, por vezes tem a intervenção de um político que facilita o processo e viabiliza a concessão. O problema dessa relação, políticos e grupos religiosos é que,

por uma lógica intrínseca existente na reciprocidade de troca de favores e gentilezas, é possível deduzir que este político facilitou a agilização do processo, venha a solicitar a divulgação de seu nome e de suas ações como homem público ou de um apadrinhado durante uma campanha eleitoral, por exemplo.<sup>33</sup>

Tais práticas de instituições evangélicas ferem princípios da igualdade de direitos, como também dos requisitos que regimentam o processo de requerimento para concessões. Além do mais, espera-se que o político como legítimo representante do povo, enxergue a sociedade na sua totalidade sem privilegiar um ou outro grupo restrito.

#### **4.3 – As Rádios Comunitárias a Serviço das Igrejas Evangélicas**

Conforme visto anteriormente, a organização das instituições evangélicas em torno dos seus interesses particulares levou-as perceber a importância da representatividade política como meio de viabilizar suas aspirações e projetos.

Ao tomar posse de uma emissora comunitária, as igrejas podem optar pelo monopólio da programação e destinar todos os serviços da rádio ao seu grupo religioso específico. Desde então, passam a ver aquele veículo de comunicação como propriedade exclusiva. Já se constatou casos de rádios funcionando no interior do templo de igrejas.<sup>34</sup>

Uma das formas de utilização das rádios comunitárias por parte das igrejas evangélicas é a “propagação das suas ideologias como um meio prático e efetivo na conquista de novos fiéis”<sup>35</sup>. Fernandes e Candaten observam que,

igrejas, tanto quanto os partidos políticos, têm seus interesses políticos ainda que estes não sejam de natureza partidária. Cada qual quer conquistar seu espaço no contexto social e arrebanhar novos fiéis é questão estratégica pois isto envolve questões de representatividade social, econômica e política, ou seja, fatores que dão força para a sustentação e sobrevivência de uma igreja como qualquer outra instituição que busque atuação coletiva.<sup>36</sup>

Nessa busca de arrebanhar mais fiéis vale todo esforço necessário, inclusive o de se utilizar de todos os meios possíveis para aquisição de uma emissora que possibilite a veiculação da mensagem evangélica em tempo integral.

Muitas delas, como as emissoras comerciais, têm um dono e vendem os programas, mas o conteúdo aí expresso é fundamentalmente de proselitismo

---

<sup>33</sup> Fernandes; Candaten, 2006

<sup>34</sup> <http://abraco.wordpress.com>. Acessado em 03/07/2011. Informações obtidas da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Estado da Paraíba.

<sup>35</sup> Fuser, 2002.

<sup>36</sup> Fernandes; Candaten, op.cit.

religioso evangélico. Eventualmente desenvolvem ações de cunho assistencialista, sem que isso seja sua principal preocupação. A participação dos ouvintes se dá essencialmente quando as rádios promovem a distribuição de brindes. As igrejas evangélicas têm estratégia definida em relação ao uso das rádios comunitárias, e faz parte dos cursos de formação de pastor as orientações básicas para criar uma emissora, como forma de obter recursos para construção das igrejas.<sup>37</sup>

Ao se ouvir os programas evangélicos nessas emissoras, normalmente observa-se uma espécie de uniformidade do discurso com forte apelo ao indivíduo, às emoções. Maria Regina Maia reitera que na narração desses locutores é possível observar o uso de palavras emocionalista que são atrativas e também presentes em sermões e pregações de seus representantes religiosos - palavras como “cura”, “milagre” e “salvação” são mencionadas.<sup>38</sup>

Segundo Peruzzo, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) tem adotado diretrizes na definição de uma rádio comunitária. Uma delas que é a emissora deve Ser laica – “uma rádio comunitária não pode ter religião ou fazer propaganda religiosa”. No caso de abrir espaço para debates sobre religiosidade da comunidade, há que se garantir a participação de “todas as representações religiosas” e não o “proselitismo religioso”.<sup>39</sup>

Outro fator que merece destaque quanto ao uso das rádios comunitárias por igrejas evangélicas é a utilização da programação para palco eleitoral de pastores e políticos partidários aos grupos religiosos, proprietários das rádios<sup>40</sup>. Essa ação em alguns casos pode significar um reconhecimento da importância do político em questão para aquisição dos direitos legais de funcionamento da emissora. Obviamente que tal prática fere princípios estabelecidos para o funcionamento das rádios comunitários, como pode ser visto no art. 4º da Lei 9.612, de 1998, onde afirma que não deve haver discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. Como observa, Fernandes e Candaten, “o púlpito eletrônico também rende voto”.<sup>41</sup>

Nesse caso, “a junção político-religiosa na programação das rádios faz prevalecer a contradição com a lei que outorga seu exercício, pois é vedado o pertencimento da emissora a um político. Os programas devem abrir espaço à diversidade política”<sup>42</sup>.

O descaso com relação a natureza plural das emissoras comunitárias constitui-se um problema grave. Sem a observação das leis que norteiam o funcionamento dessa mídia, corre-se o risco da monopolização de uma determinada crença e da informação.

## CONCLUSÃO

O presente texto monográfico teve como objetivo discorrer sobre a relação da mídia radiofônica e a religião, especificamente, o uso das rádios comunitárias por instituições evangélicas. Como referencial teórico, esta pesquisa utilizou-se de bibliografias acerca do assunto, como também, resultados de trabalhos acadêmicos e informações extraídas dos sites de órgãos oficiais do Ministério das Comunicações.

Dentre algumas conclusões obtidas, observou-se que desde os primeiros anos do rádio, a religião tem se feito presente, inicialmente nos EUA, depois se estendendo a outros países e chegando ao Brasil. Em solo brasileiro o rádio teve sua primeira transmissão na década de 1920 e alguns anos depois conhecemos os primeiros programas evangélicos. O destaque desse pioneirismo credita-se aos Adventistas do Sétimo Dia e aos Presbiterianos.

---

<sup>37</sup> Fuser, op.cit.

<sup>38</sup> Maia, 2004 apud Lahni; Pelegrini, 2006.

<sup>39</sup> ABRAÇO NO AR, 2009, apud Peruzzo, 2010.

<sup>40</sup> Lahni; Pelegrini, op.cit.

<sup>41</sup> Fernandes; Candaten, op.cit.

<sup>42</sup> Idem, ibidem.

Somente a partir da década de 50 entraram em cena os Pentecostais, tendo como grande nome desse período o Pastor Manoel de Melo. Esse período marca o surgimento de outras mídias, deixando o rádio cada vez mais acessível. Desde então, esse grupo de evangélicos tem se destacado pela compra de grandes emissoras e aquisição de espaços em outras rádios, exercendo atualmente, amplo domínio no uso das mídias.

Constatou-se também que, com a evolução da mídia radiofônica, conhecemos as rádios comunitárias. São emissoras de pequeno alcance que tem sua utilidade no interior das comunidades. Desde as primeiras rádios livres travou-se uma luta pela legalização de tais emissoras, fato que ocorreu somente em 1998. Essas rádios têm um papel social de garantir canais efetivos de participação ativa dos cidadãos não apenas no microfone, mas produzindo e difundindo seus próprios programas, além de participarem em outras atividades nessas emissoras.

Observou-se que, devido a possibilidade de entidades/associações adquirirem concessões de rádios comunitárias junto aos órgãos competentes, instituições religiosas tem se utilizado dominado boa porcentagem dessas concessões. Percebe-se uma diversidade de religiões presentes nesse tipo de mídia. Com isso, conclui-se que com as rádios comunitárias ocorreu uma democratização do acesso a mídia radiofônica.

Por último, deu-se destaque a presença dos evangélicos nessas emissoras. Percebeu-se que com a expressividade numérica e a influencia política, esse seguimento tem se utilizado de representantes juntos aos órgãos públicos para viabilizar concessões. Assim, em determinadas situações o uso dessas rádios fica totalmente a mercê de instituições evangélicas, tornando-se meio de proselitismo. Com isso, ocorre uma prática contrária às leis que regulamentam o funcionamento dessas emissoras.

Portanto, a legitimidade do uso das rádios comunitárias por instituições evangélicas, só é comprovada se a programação religiosa estiver ligada às necessidades da comunidade, e a emissora funcionar com o intento de promover o bem-comum e a cidadania.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

CAMPOS, Leonildo S. *Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva*. Revista USP, n. 61, março-maio 2004, pp. 1461-16

FERNANDES, Mario Luiz; CANDATEN, Rafael. *Nas ondas da fé: as rádios religiosas no Vale do Itajaí*. UNESCO - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional São Bernardo do Campo - SP. Brasil - 9 a 11 de outubro de 2006 - Universidade Metodista de São Paulo.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. Texto publicado em Barbosa Filho, Piovesan e Beneton (orgs.) *Rádio – sintonia do futuro*. São Paulo, Paulinas, 2004, p:51-62

JÚNIOR, Luis de Castro Campos. *Pentecostalismo e o Rádio: Relações entre Religião e Comunicação*. [encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/b1/GT7\\_-\\_019.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/b1/GT7_-_019.pdf). Acessado em 17/04/2011

LAHNI, Claudia Regina; PELEGRINI, Mariana Zibordi. *Rádio Comunitária e seu exercício: estudo da Rádio Life FM de Juiz de Fora – MG*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo – 07 a 10 de maio de 2008.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM*. Trabalho apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, Encontro Anual da Compós. PUC-Rio de 8 a 11 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. *Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil*. Paper apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 9 a 14 de setembro de 1998.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. Texto publicado em Barbosa Filho, Piovesan e Beneton (orgs.) *Rádio – sintonia do futuro*. São Paulo, Paulinas, 2004, p:51-62

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. O rádio de fronteira e o Mercosul. In: *Mídia, regionalismo e cultura*. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social / Universidade Metodista de São Paulo – Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. A religião nas rádios comunitárias “gospel FM” e “jornal FM”. *Revista Alteior: Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo* (ECA-USP) São Paulo, Ano 01, vol. 01, edição 01, Janeiro-Dezembro de 2010.

#### **SITES CONSULTADOS:**

[www.abert.org.br/site/](http://www.abert.org.br/site/)

[www.redealeluia.com.br/site/index.php](http://www.redealeluia.com.br/site/index.php)

[www.ipda.org.br/nova/n\\_voz\\_vivo.asp](http://www.ipda.org.br/nova/n_voz_vivo.asp)

[novotempo.com/vozdaprofecia/](http://novotempo.com/vozdaprofecia/)

[www.radios.com.br/](http://www.radios.com.br/)

[www.abraconacional.hpg.ig.com.br](http://www.abraconacional.hpg.ig.com.br)

[www.aesp.org.br/](http://www.aesp.org.br/)